



Articulação feminina indígena nacional e a composição com o estado¹

Janaina Betto²

Marcos Botton Piccin³

Resumo: O artigo aborda diferentes momentos da articulação feminina indígena em nível nacional, com destaque para o período de consolidação da Marcha das Mulheres Indígenas como evento deliberativo máximo e de criação da Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Aponta-se que a rede de mulheres indígenas segue um modelo político insurgente contra a centralização do poder, opera com processos de oposição e composição com o Estado e que é por meio da luta como “quarto poder” que sustenta investidas para ocupar espaços, assinar direitos, enfrentar a bancada ruralista e evitar o “genocídio legislado”.

Palavras-chave: ANMIGA, Marcha, mulheres indígenas, candidaturas indígenas.

National indigenous women's articulation and its engagement with the state

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq – Brasil (152049/2024-0).

2 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – Brasil – E-mail: janaina.btt@hotmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4456567910873993> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8068-5075>

3 Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria – Brasil – E-mail: marcospiccin@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1966566635404223> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7254-0036>

Abstract: *The article discusses different moments in the indigenous women's movement at a national level, with emphasis on the period when the March of Indigenous Women was consolidated as the highest deliberative event and when the National Articulation of Indigenous Women Warriors of Ancestry was created. It is pointed out that the indigenous women's network follows an insurgent political model against the centralization of power, operates through processes of opposition and composition with the state and that it is through the struggle as the "fourth power" that they sustain their efforts to occupy spaces, sign away rights, confront the ruralist caucus and avoid "legislated genocide".*

Keywords: ANMIGA, March, indigenous women, indigenous candidates.

Articulación nacional de mujeres indígenas y su articulación con el estado

Resumen: El artículo aborda diferentes momentos de la organización de las mujeres indígenas a nivel nacional, con énfasis en el período en que la Marcha de las Mujeres Indígenas se consolidó como el máximo evento deliberativo y cuando se creó la Articulación Nacional de Mujeres Indígenas Guerreras Ancestrales. Se señala que la red de mujeres indígenas sigue un modelo político insurgente contra la centralización del poder, opera a través de procesos de oposición y composición con el Estado, y que es a través de la lucha como "cuarto poder" que sostienen ataques para ocupar espacios, firmar derechos, enfrentar a la bancada ruralista y evitar el "genocidio legislado".

Palabras-clave: ANMIGA, Marcha, mujeres indígenas, candidatos indígenas.

Introdução

As mulheres indígenas brasileiras sempre estiveram envolvidas em processos relacionados ao movimento indígena geral e à política interétnica e, do mesmo modo, nos processos de resistência diversos em mais de 500 anos de contato. De todo modo, a sua articulação política em nível nacional guarda particularidades, passando por algumas tentativas de consolidação de uma organização nacional das mulheres indígenas até chegar na construção da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, em 2019, e na criação da Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), em 2021.

A realização da 1ª Marcha teve uma importância central para o processo de organização das mulheres indígenas brasileiras e para a consolidação de um

novo momento, em que elas têm alcançado grande visibilidade pública. Realizada em agosto de 2019, em Brasília-DF, a 1ª Marcha reuniu cerca de 2.500 mulheres indígenas de mais de 130 povos diferentes, que marcharam pelas ruas da capital entoando frases de efeito como “território, nosso corpo, nosso espírito”⁴. Durante a marcha, Célia Xakriabá afirmou que as mulheres indígenas estavam ali para *descolonizar* a sociedade brasileira.

A presença dessa marcha no epicentro da política brasileira deu ao descolonizar de Célia um sentido de repensar o imaginário social acerca da presença e do papel das mulheres indígenas em nosso país. Esse repensar caracterizou o conjunto das atividades realizadas pela marcha, que teve ampla repercussão nacional, por fazer a contraposição frente às narrativas dominantes sobre elas e suas histórias. A partir desse evento, a rede política das mulheres indígenas fortaleceu-se e expandiu sua influência e atuação política, tanto no movimento indígena quanto em alianças com outros movimentos sociais, personalidades e apoiadores.

Diante disso, este artigo busca demonstrar diferentes momentos na mobilização feminina indígena em busca de uma maior articulação nacional, com destaque ao período mais recente: a consolidação da Marcha das Mulheres Indígenas enquanto evento deliberativo máximo, a criação da ANMIGA enquanto organização nacional e as investidas dessa rede de mulheres para participação nos pleitos eleitorais recentes e do governo Lula (2022-2026). Ao longo do trabalho, argumentamos que a política da rede de mulheres indígenas envolve um modelo insurgente ao sistema centralizador hierárquico estatal e que também opera com processos contínuos de oposição e composição com o Estado.

Esta pesquisa teve um caráter qualitativo, que toma como base material etnográfica a tese de doutorado *Presença, Chamado, Reflorescer: criações políticas da marcha das mulheres indígenas* (Betto, 2022), que engloba o acompanhamento da 1ª e 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, em 2019 (MMI, 2019) e 2021 (MMI, 2021), respectivamente, e de eventos *online*⁵ no período entre elas e a realização de entrevistas com as lideranças femininas indígenas Cristiane Pankararu e Joziléia Kaingang durante a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas

4 Utilizamos o itálico para estrangeirismos e, em alguns casos, para ênfase. As aspas são utilizadas para expressões advindas da literatura e para expressões ou frases de efeito advindas do trabalho de campo etnográfico.

5 Sendo eles: (1) Live “Mulheres indígenas: o sagrado da existência e o nosso espaço de direitos” (Acampamento Terra Livre 2020), (2) Live “Grande Assembleia Online: o sagrado da existência e a cura da terra” (7 e 8 de agosto de 2020), (3) Live “Março das Originárias da Terra: a mãe do Brasil é indígena” (durante mês de março de 2021) e (4) Aula Pública “Feminismos Descolonizados: as mulheres Kaingang, memórias e lutas” (UFRGS, em maio de 2021).

em 2021. Além disso, a pesquisa parte de observações advindas de trabalhos de campo posteriores, a exemplo do acompanhamento do 19º Acampamento Terra Livre (ATL, 2023) e da 3ª Marcha das Mulheres Indígenas no ano de 2023 (MMI, 2023). A opção por acompanhar o conjunto de eventos políticos citados se deve a perspectiva de realizar uma observação participante capaz de captar as ações e os discursos políticos *em ato*, de maneira a registrar diferentes momentos das mobilizações e de posicionamento de lideranças de diferentes povos presentes nos eventos.

Não obstante, o material da pesquisa da tese é posto em diálogo com materiais como documentos do movimento indígena e de entidades parceiras e publicações em redes sociais. Destaca-se o uso de conceitos advindos de teorias como da etnopolítica (Ferreira, 2017) – que concebe a etnicidade enquanto forma de organização social e a política enquanto uma dialética entre questões como autoridade e liberdade e centralização e descentralização – e da segmentaridade (Goldman, 2010) que traz uma perspectiva antropológica para o tema da política, que a vê composta por processos contínuos (e reversíveis) de oposição e composição com o Estado, onde pode-se conviver oposições duais – como entre a Marcha e o Estado enquanto figura que representa uma “política de morte”⁶ – com a busca por se apropriar da política dos brancos e compor espaços no Estado, lido como um segmento com o qual é possível se aproximar, mas também se afastar. Ambas as contribuições auxiliam nas reflexões acerca da complexidade da organização política indígena contemporânea.

1. Diferentes momentos da articulação feminina indígena em nível nacional

Ao falar sobre a mobilização feminina indígena, é importante destacar algumas das particularidades no processo de mobilização nacional das mulheres indígenas. Isso porque, evidentemente, mulheres indígenas sempre estiveram presentes na história da resistência indígena e também participavam de ações quando das primeiras mobilizações de maior envergadura nacional do movimento indígena geral, entre as décadas de 1970 e 1980, também quando da primeira tentativa de fundação de uma organização nacional, a União das Nações Indígenas (UNIND). A literatura faz menção à participação ativa das mulheres indígenas na fundação da UNIND (CONAMI, 2006), o que acarretou maior encontro e troca de ideias entre mulheres de diferentes povos, ainda que essas mulheres ficassem no anonimato.

6 Expressão utilizada durante a 2ª Marcha para se referir à política do governo de Jair Bolsonaro e de seus aliados anti-indígenas dentro da estrutura do Estado.

Em se tratando das organizações femininas, cabe destacar a existência de duas associações de mulheres já na década de 1980, a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracará, Rio Uaupés e Tiguié (AMITRUT) e a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), ambas localizadas na região amazônica (Sacchi, 2003). No entanto, foi somente ao longo da década de 1990 que surge uma primeira tentativa de criação de uma articulação feminina em nível nacional, que foi o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI), criado em 1995. A busca por sua criação se deu a partir do encontro entre mulheres de diferentes povos durante a Conferência Mundial de Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), cujas conversas iniciais eram em prol da construção de uma organização formal de mulheres, bastante influenciada por uma diferenciação, percebida no evento, entre as pautas das indígenas em relação à das não-indígenas presentes no evento.

O CONAMI foi responsável pela realização do I Encontro Nacional de Mulheres Indígenas (1995), onde participaram 50 mulheres de 28 etnias, o que configurou um primeiro momento de articulação nacional de mulheres indígenas. Esse primeiro momento foi acompanhado pelo aumento de organizações femininas indígenas, inicialmente, na região da Amazônia brasileira, processo influenciado pela retração do Estado nesse período, pela globalização da pauta ambiental e de direito das minorias a partir da Eco-92 e a constituição de um mercado de projetos aberto pela cooperação bi e multilateral e pelas ONGs internacionais (Albert, 2000), ou seja, uma forte atuação de agências internacionais de financiamento de projetos na interface entre gênero e meio ambiente, pautas que passam a ser de maior interesse dessas agências no período.

Sacchi e Gramkow (2012) também afirmam essa relação entre a participação feminina indígena na luta do movimento indígena e na formação de organizações de mulheres em conjunto com parcerias com a cooperação internacional e as agências governamentais e não-governamentais, o que incentivou a ocupação de cargos políticos e projetos por parte de mulheres indígenas. Até aqui tem-se um primeiro momento no processo de articulação de mulheres indígenas em contexto nacional, marcado pela ocupação de cargos e de espaços em reuniões, eventos e processos em caráter nacional, momentos estes que permitiam encontros entre mulheres de diferentes regiões do país.

Observa-se com isso que, apesar dos esforços para a criação do CONAMI, o contexto é marcado por uma “regionalização” de organizações de mulheres indígenas, em especial na região Norte do país, mas sem que estas organizações tivessem necessariamente algum vínculo com o CONAMI, que passa a cumprir certo papel de interlocução com o Estado. Não obstante, destaca-se que,

anterior a esses processos organizativos citados, já existiam múltiplas redes locais de trocas e interações entre mulheres, ainda que com a particularidade de se darem a partir de diferentes formas de relação conforme cada povo indígena, mas que podem ter sido base de alguns processos organizativos no período.

De todo modo, a partir da metade dos anos 2000, já se destaca o início do que podemos caracterizar como um segundo momento na mobilização nacional por uma articulação de mulheres indígenas. Esse momento foi marcado por um aumento exponencial de organizações locais/regionais femininas por todo o país, ou seja, uma continuidade no processo de descentralização organizacional. Além disso, esse período também é definido pela maior participação de mulheres indígenas em eventos promovidos por agentes governamentais e não-governamentais e em cargos dentro do movimento indígena, período que se destaca como de reconhecimento das mulheres indígenas como sujeitos políticos e de direito por parte do Estado, no qual se passa a intensificar discussões sobre políticas públicas específicas para este público e a reconhecer a participação de mulheres indígenas enquanto representantes de seus movimentos em eventos institucionais.

Esse contexto é retratado justamente por um cenário de avanço na implementação de políticas públicas no Brasil, que influenciou um processo de abertura por parte do governo à participação popular. As lideranças femininas indígenas souberam se articular, de maneira a transformar essas participações em benefícios às suas comunidades, em áreas como saúde, educação, gênero e geração, configurando, portanto, algumas redes de mulheres em torno desses temas. De todo modo, é preciso pontuar que este processo se deu em torno de estruturas do sistema político centralizador hierárquico do Estado, que atuava para a promoção de eventos que reúnem organizações do Estado com representantes indígenas, acarretando uma participação limitada destes.

É interessante que esse período também é marcado pelo surgimento de fortes críticas ao CONAMI, apontado como muito distante “das bases”. Isso pode ser lido como um indício de que esse conselho não conseguiu estabelecer uma relação direta com as diferentes organizações que foram surgindo na época, em um sentido de centralização organizativa. Assim, surgem novas investidas pela criação de uma articulação para alinhar a mobilização nacional das mulheres indígenas, o que acabou não se consolidando. Dentre essas investidas, destaca-se a organização de um Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, organizado em 2006 pelo Departamento de Mulheres da COIAB, que reuniu 28 mulheres indígenas para debater a “situação do movimento de mulheres indígenas no Brasil”, entre outras pautas (Verdum, 2008: 67).

Todo esse processo em torno de um segundo momento também coincide com a criação do ATL, em 2004, que foi fortemente influenciado pelo contexto social e político. Esse período teve como pano de fundo uma série de lutas de retomadas territoriais que aumentaram ainda mais a partir de 2010, e que influenciaram fortemente a consolidação de um novo modo de ação política do movimento indígena (Ferreira, 2017). Conseqüentemente, delineia-se um cenário de intensificação da atuação da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) contra demarcações de terras indígenas, com destaque ao advento da tese do marco temporal (Rauber, 2021)⁷.

Além disso, o surgimento e consolidação do ATL viabilizou também a emergência de um novo espaço propício para o fortalecimento de encontros entre um maior contingente de mulheres indígenas, advindas de todas as regiões do país. Não por acaso, esse período também é marcado pela crescente atuação das mulheres indígenas dentro das próprias organizações indígenas, como é o caso de Sonia Guajajara, que, em 2010, ganhou grande visibilidade ao entregar o prêmio Motosserra de Ouro para a então ministra da agricultura Kátia Abreu.

Portanto, o período posterior – sobretudo, a partir de 2015 – acompanha acontecimentos mais recentes, ainda pouco abordados pela literatura, que se consolidam a partir dessa participação das mulheres dentro do ATL. A partir daí, se formou a plenária de mulheres indígenas, que passou a ser formalizada dentro da programação do evento. Também importa considerar que no ATL a presença das mulheres se dá de outra forma, se comparado à participação em eventos como os promovidos por agentes governamentais (dentro de um modelo de centralizador hierárquico), pois ocorre com um maior número de pessoas e porque também se trata de um encontro de coletividades indígenas, com uma participação e intervenção não indígena e/ou governamental bem menor.

Além disso, a atuação do projeto Voz das Mulheres Indígenas em parceria com a ONU Mulheres, iniciado em 2015, foi crucial, cujo ponto de partida se deu no estabelecimento de cinco mulheres referências⁸ que atuaram como multiplicadoras junto a lideranças de comunidades indígenas. A partir dele, promoveu-se a criação de um grupo de referência com mulheres indígenas de diferentes níveis de institucionalização, buscando contemplar a diversidade de povos para

7 A tese do marco temporal foi incentivada pela CNA, entidade sindical vinculada aos setores patronais do rural brasileiro (Rauber, 2021: 73).

8 Sendo elas: Andreia Lourenço Guarani Nhandewa, Maria da Conceição Feitosa Pitaguary, Ro'totsitsina Juruna Xavante, Sonia Guajajara, Suzie Vito Guarani Kaiowá e Telma Marques Taurepang.

a construção de uma pauta comum⁹, o que operou para o fortalecimento dessa rede difusa de articulação entre mulheres, de maneira a solidificar um núcleo em torno das mulheres indígenas, para além de questões gerais e das diferenças entre povos, ou seja, sua unidade na diferença. Dentro da referida pauta comum, destacam-se temas como violação dos direitos das mulheres indígenas, empoderamento político e participação política das mulheres indígenas. É, também, com isso, o início da consolidação de um espaço específico para mulheres debaterem entre elas acerca das mazelas da colonização, do machismo e do que não concordam, tanto no movimento indígena, quanto ao que acontece com mulheres em suas comunidades, com destaque às violências de gênero. Destaca-se que, durante a plenária da 2ª Marcha (2021), as lideranças Jozileia Kaingang e Cristiane Pankararu afirmaram ter sido a partir da 14ª edição do ATL, em 2018, que se deixou de ser necessário “brigar” para que a programação das mulheres fosse encaixada na programação desse encontro político do movimento indígena.

Estes acontecimentos delineiam um terceiro momento na mobilização nacional de mulheres, em voga, que engloba o período a partir da segunda metade da década de 2010, sobretudo, acontecimentos vinculados à atuação das mulheres durante o ATL. O ponto alto desse momento foi o encaminhamento de realização de uma grande marcha, durante a plenária de mulheres no ATL de 2019, e a posterior realização da 1ª Marcha em agosto de 2019, cujo protagonismo feminino indígena se destaca e passa a extrapolar o próprio movimento indígena. Isso porque é notório que o protagonismo evidenciado durante a 1ª Marcha se repetiu em eventos posteriores, desde aqueles específicos de mulheres indígenas, os do movimento indígena geral e se estendeu aos espaços da política institucional e de Estado, como visualizado no governo Lula (2022-2026).

2. A Marcha das Mulheres Indígenas e a rede ANMIGA

A Marcha das Mulheres Indígenas é um acontecimento recente na história do movimento indígena, mas já se consolidou como o principal evento de mulheres indígenas do Brasil, capaz de congrega um amplo contingente de mulheres advindas de inúmeras etnias e regiões do país, que acampam em Brasília-DF para debater situações que vivenciam, como a violência de gênero e a luta pela demarcação de suas terras. O evento se trata de uma grande assembleia, com reuniões, discursos e encaminhamentos.

9 Com base no documento Pauta Nacional das Mulheres Indígenas (ONU MULHERES, 2018), analisado na pesquisa.

Durante ele, acontecem inúmeros painéis e, inclusive, audiências públicas, bem como discursos de lideranças femininas de todo o país. Como exemplo, destaca-se parte do discurso de Sonia Guajajara durante a abertura da 1ª Marcha, no qual refere-se que as mulheres indígenas passam a “demarcar” esse espaço da política para trazer a ele o protagonismo da luta que elas já fazem no dia a dia das aldeias e, ao mesmo tempo, no movimento indígena, embora não tivessem historicamente a mesma visibilidade que os homens.

Além disso, a Marcha prevê o momento de saída às ruas, para marchar, onde se fazem ver, com seus cantos, danças, frases de efeito e faixas, e fazem aparecer suas pautas para a sociedade em geral. Por isso, é importante destacar, que a Marcha se configura também como uma ação corporificada no espaço público (Butler, 2018), onde a presença dos corpos e de seus movimentos é o que delinea o seu modo singular de se fazer política¹⁰.

Os acampamentos da Marcha costumam acontecer no gramado da FUNARTE, onde ocorre a maior parte de suas atividades. Tomando por exemplo as edições da Marcha de 2019, 2021 e 2023, salienta-se uma disposição espacial marcada pela existência de uma tenda principal na área mais central, com montagem de palco e disposição de inúmeras cadeiras. Nos demais espaços do gramado, foram dispostos os acampamentos das delegações, compostos por barracas, lonas e, em muitos casos, faixas que identificam as delegações. Há também o espaço para a venda de artesanatos, disposto nas laterais de uma pista de caminhada que atravessa o gramado. A programação oficial do evento comporta, para além da grande marcha nas ruas e da preparação espiritual para ela, uma série de outras atividades, como reuniões, audiência sobre direitos humanos e violências, noites culturais, painéis temáticos, desfiles de moda ancestral e performances artísticas.

Durante os dias no acampamento, e também nas ruas de Brasília-DF, a Marcha atua em oposição ao Estado, que por vezes é mencionado e tomado como um vetor de uma “política de morte” – como nomeiam – que atinge corpos e territórios indígenas, a exemplo da atuação da Bancada Ruralista, como no caso da 2ª edição do evento, em que o dia de saída às ruas foi marcado por uma forte oposição ao Estado, sobretudo, na figura do ex-presidente Bolsonaro, do ex-presidente da FUNAI, Marcelo Xavier, e da Bancada Ruralista. No entanto, em outros momentos do evento, a Marcha desenha também algumas composições com o Estado, como por meio de suas parcerias com a Coordenadoria da

10 Essa perspectiva não será desenvolvida aqui, mas pode ser acessada em Betto (2022), disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28081>.

Câmara Indígena do Ministério Público, com Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara de Deputados e Deputadas parceiras.

Estas parcerias se configuram como alianças circunstanciais, sempre dependentes do contexto em questão, como no caso das denúncias de violências de gênero com meninas e adolescentes indígenas, que esteve no centro dos debates da 2ª edição da Marcha, em 2021, e mobilizou inúmeros momentos de trocas com atores governamentais. Ainda assim, nessa mesma edição, a Marcha fez forte oposição ao Estado, em acordo com o já mencionado, ao contrário do que ocorreu na edição seguinte, em 2023, em que algumas lideranças femininas já estavam compondo o governo Lula e, conseqüentemente, a Marcha teve uma maior característica de construção de estratégias de interesse das mulheres indígenas junto a ministérios como o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério das Mulheres, evidenciando o aspecto segmentar nesse modo político.

Segundo Goldman (2001), a segmentaridade se refere à conversão de multiplicidades em segmentos, em unidades simultaneamente divisíveis e unificáveis. Essa perspectiva supõe que aquilo “que é oposição em um plano pode ser perfeitamente conjunção em outro” (Goldman, 2001: 79), o que permite abarcar política desde processos contínuos de composição e oposição. No caso indígena, isso é evidenciado no trabalho de Gibram (2021), que mobiliza a noção de segmentaridade para pensar política indígena na contemporaneidade, a partir do caso do coletivo *Nên Ga* de jovens Kaingang e sua atuação no Acampamento Terra Livre.

Evidencia-se, portanto, um plano processual de produção de diferenças e de composições que são processos reversíveis, no qual o Estado é mais um segmento paralelo aos demais e não uma totalidade englobante (Gibram, 2021). É esse caráter segmentar que torna possíveis aproximações e distanciamentos contínuos que acontecem por parte de sujeitos e coletivos indígenas com o Estado. Assim, foi possível perceber a Marcha operando com alianças circunstanciais com outros coletivos e agentes e com certas oposições, sempre dependente do contexto, visto que relações segmentares se dão de maneiras diversas¹¹. Portanto, o modo de fazer política das mulheres indígenas em torno da Marcha das Mulheres Indígenas está imerso em processos contínuos de composição e diferenciação entre coletivos indígenas, e, entre estes, o Estado, bem como com outros setores/coletivos.

¹¹ A descrição completa da 2ª Marcha mobiliza diferentes formas de “segmentaridade”, conforme acontecimentos acompanhados *em ato*, para tanto, ver Betto (2022).

Destaca-se também que, a partir de 2021, a Marcha passou a ser operacionalizada pela Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). No manifesto de lançamento da ANMIGA, reiteram que, diante da pandemia, foram impulsionadas a criar espaços de conexão para a articulação nacional entre mulheres, visto que, nesse contexto, suas atuações foram fundamentais na articulação das redes de apoiadores do movimento indígena e na construção de estratégias de enfrentamento à pandemia. Enquanto estrutura organizativa em nível nacional, a rede ANMIGA segue formato parecido com a APIB, com a diferença de que se constrói em torno do protagonismo das mulheres indígenas e de forma ainda mais difusa. Nessa esteira, mantendo-se difusa, a aposta que tem sido feita é tornar a ANMIGA uma rede, cuja composição envolve diferentes escalas de atuação e de articulação, onde se tem priorizado a realização de reuniões on-line abertas.

Essas escalas de atuação e de articulação são acionadas tomando por base algumas definições: “mulheres raízes”, como as mulheres consideradas articuladoras em nível local de território; “mulheres sementes”, como as articuladoras em nível estadual; “mulheres terra”, como aquelas que estão à frente da articulação em nível de biomas brasileiros; e também as “mulheres água”, que designam aquelas envolvidas com a articulação internacional. É importante destacar, então, que já existiam redes entre mulheres, a exemplo daquelas formadas em torno de temas como saúde e educação, ou, ainda, aquelas próprias das formas sociais de determinados povos. Essas características são evidenciadas pelas lideranças quando mencionam a criação de uma articulação nacional em forma de rede.

Sendo essa rede, portanto, bastante difusa, a criação do espaço de encontro nacional, a Marcha, anterior à criação da própria ANMIGA, foi crucial, pois se consolidou como espaço principal onde essa rede de mulheres se fortaleceu e manteve a perspectiva de uma centralização organizacional. Posteriormente, a rede passou a contar com uma coordenação executiva, a exemplo da recém-criada Coordenação de Promoção aos Direitos das Mulheres e Meninas Indígenas. No entanto, para organizar os aspectos já citados, a rede ANMIGA busca seguir o modelo da APIB, no sentido de que busca dar destaque às lideranças femininas que compõem as regionais da APIB, como a APOINME, a ARPINSUL e a Comissão Guarani *Yvyryrupa*, assim como para aquelas que compõem as organizações de base femininas, a exemplo da *Kuñangue Aty Guasu*.

Necessário mencionar que durante o painel da 2ª Marcha, Cristiane Pankararu (2021) foi enfática ao dizer que a ANMIGA é a articulação das mulheres, mas que ela não está separada, não sendo um movimento paralelo que está fora da APIB e das suas organizações regionais, uma vez que elas (lideranças

da ANMIGA) compõem esses movimentos. Desse modo, é possível afirmar que a tendência que se observa em torno da mobilização feminina indígena, nesse terceiro momento, acompanha a mesma tendência e o mesmo formato observados no movimento indígena geral no início dos anos 2000, guardando algumas particularidades interessantes.

A literatura tem referenciado o movimento indígena nacional como seguindo um modelo que permite uma centralização organizacional e, ao mesmo tempo, uma descentralização do poder (Ferreira, 2017). Isso difere das tentativas anteriores de criação de uma organização nacional indígena (União das Nações Indígenas-Unind e Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-Capoiab), em que se seguiram modelos de centralização do poder, bastante influenciados pelo sistema político hegemônico – centralizador hierárquico estatal – cuja influência no meio indígena se deve, em primeira instância, a ter atuado como fundamento local do regime tutelar e, em muitos casos, ter se internalizado nos contextos locais. Basicamente, diz respeito ao fato de que a organização é representante diante do Estado, sem centralização do poder decisório, e não uma interlocutora com o Estado com centralização do poder decisório, visto que este é distribuído entre uma série de lideranças e se ancora no evento do ATL.

A criação da ANMIGA pode ser tomada, portanto, como a instituição de uma organização de caráter nacional, como uma espécie de centralização organizacional do movimento de mulheres indígenas, mas sem a centralização do poder, dada o seu caráter difuso e complexo, envolvendo a articulação em diferentes níveis (local, regional, nacional e internacional), reuniões abertas, relação com organizações femininas regionais e com lideranças femininas de organizações regionais de base da APIB, além de contar com o evento deliberativo da Marcha como espaço onde diferentes lideranças femininas discursam e decisões importantes são encaminhadas. Além disso, no evento das mulheres há um total protagonismo feminino nos discursos e falas públicas, não havendo espaço para manifestações por parte de caciques homens, algo comum de acontecer durante o ATL.

De todo modo, é necessário pontuar que, em paralelo a isso, segue ocorrendo um processo de regionalização organizativa, dado o aumento expressivo de organizações de 2020 a 2024, conforme resultado do levantamento realizado pelo ISA (ISA, 2024)¹², delineando um contexto ainda mais complexo, de

12 Em mapeamento realizado pelo Instituto Socioambiental em 2020, apontava-se a existência de 92 organizações de mulheres indígenas no Brasil (ISA, 2020), ao passo que em levantamento realizado no ano de 2024 já aparecem cerca de 241 organizações femininas indígenas, dentre as quais está a ANMIGA

esforços para centralização organizacional a partir da criação de uma rede de articulação nacional em paralelo a uma crescente regionalização. Portanto, considera-se que os processos mencionados não se trata de processos estáticos, sendo possíveis mudanças, a depender do próprio modo de atuação que a rede ANMIGA adotar no próximo período¹³, visto que muitas de suas lideranças passam a ocupar cargos dentro do aparato do Estado.

Ainda assim, o fato de a articulação feminina seguir lógica semelhante ao movimento indígena geral, de descentralização do poder, deve ser tomado como uma característica qualitativa, que reflete a existência de um sistema descentralizado insurgente, diante da recusa do movimento indígena em adotar um modelo de centralização organizacional como centralização de poder (Ferreira, 2017). Cabe destacar que a rede ANMIGA também busca organizar suas bases regionais de maneira a fortalecer uma narrativa de “mulheres-bioma”, pelo entendimento da importância de fortalecer a relação entre mulheres e seus territórios e a interdependência entre todos os biomas, incentivando processos organizativos regionais.

A perspectiva das “mulheres-bioma” visa fortalecer narrativas em que essas mulheres e suas práticas de cuidado com os territórios apontam como as principais responsáveis pela manutenção ancestral dos biomas e da biodiversidade e, assim, denotam uma característica diferencial da rede das mulheres indígenas. São elas, portanto, as protagonistas de processos de “reflorestar”, como dizem, mentes e corações, mantendo e retomando as culturas, para os quais a composição com o Estado aponta como um dos caminhos necessários de se trilhar por essa rede das mulheres, uma vez que direitos básicos, como o direito ao território tradicional, têm sido fortemente afetados pela atuação de setores ruralistas por dentro da estrutura do Estado, como por meio da elaboração de leis “anti-indígenas”.

3. “Mulheres indígenas no poder”: o movimento de “retomada política” a partir da Marcha

Desde a abertura da 1ª Marcha, Sonia Guajajara afirmou que aquele era o momento político em que as mulheres saíam de seus territórios porque havia sido dada a “largada” para elas ocuparem os espaços, uma vez que elas têm muito a apresentar e contribuir para o país. A construção discursiva que essa mobilização

13 Não sendo estático, é importante considerar que a maneira com que irá se desenhar a atuação da rede ANMIGA nos próximos anos, dada a grande projeção política de suas principais lideranças, poderá redefinir os rumos da própria rede, uma vez que a tendência observada por Ferreira (2017) é a de que a centralização organizacional pode se reverter em descentralização organizacional caso ocorra um processo de centralização de poder.

nacional tem feito vai na direção da aposta na potência da presença e do protagonismo das mulheres indígenas, com narrativas em torno do “chamado da terra”, do “reflorestar” as mentes e de “aldear” a política, em oposição a um cenário de avanço da extrema-direita, desde o governo Bolsonaro como um vetor da “política de morte” que assola os povos indígenas há mais de 500 anos, pela promoção do que nomeiam como um “genocídio legislado”. Diante desse cenário, caberia, portanto, adentrar as estruturas do Estado para fortalecer a luta indígena.

Nessa sua primeira edição, em 2019, a Marcha já contou com um painel de abertura que apresentou uma retomada histórica da presença feminina indígena na política, a partir de imagens de 11 mulheres indígenas que marcaram a história da luta indígena. Dentre os 11 nomes estava o de Iracy Potiguara, primeira mulher indígena prefeita no Brasil. No encerramento desse painel, a liderança Sonia Guajajara (MMI, 2021) pediu pelo compromisso de todas para com a continuidade da luta “também na política institucional”, para mostrar que “as mulheres indígenas estão preparadas para conduzir o país”.

Aliada a essas falas, desde o início da 1ª Marcha se constatou um processo de incentivo a candidaturas femininas nos pleitos eleitorais, naquele momento com destaque às eleições municipais que ocorreriam no ano seguinte. O momento em que saiu às ruas de Brasília-DF, com 2.500 mulheres de aproximadamente 130 povos, reforçou essa perspectiva, como em um de seus momentos, protagonizado pelas lideranças, em frente à Biblioteca Nacional. Nele foi um chamado aos “encantados”, interpelado pela presença de maracás. Junto a isso, muitas frases de efeito, com um protagonismo inquestionável do “território, nosso corpo, nosso espírito”. Em seguida, ouvimos:

Nossa marcha, território, nosso corpo, nosso espírito, vamos rumo à Esplanada dos Ministérios, esse lugar que querem sempre nos negar, esse lugar que querem impedir da gente chegar, esse lugar que querem dizer até onde a gente pode pisar, estamos aqui pra dizer que esse território também é da mulher indígena, as mulheres chegam em Brasília com essa força da ancestralidade (MMI, 2019).

Também em um trecho do documento final do evento há a seguinte orientação: “não basta reconhecer nossas narrativas, é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão” (Marcha das Mulheres Indígenas, 2019). Portanto, um intuito de que cada vez mais os corpos femininos indígenas circulem nos espaços políticos institucionais do Estado, em que acontecem decisões que impactam profundamente os territórios indígenas.

Por meio da marcha, se colocam em questão as disputas pelos pontos de vista, pelas formas de produzir mundos, disputas que inscrevem também a necessidade de incorporar ferramentas da política institucional. Se meio ano antes da marcha, Sonia Guajajara havia se colocado como candidata à vice-presidência¹⁴, na chegada em frente ao Congresso Nacional, ela não hesitou em dizer “nós vamos chegar aqui no Congresso Nacional porque precisa da nossa presença aqui” (2019), para mostrar que “nós sim estamos aqui ensinando como se faz democracia”.

Ainda na 1ª Marcha, a ex-deputada Joenia Wapichana foi convidada a fazer uma fala enquanto parlamentar indígena. Ao incentivar candidaturas femininas, Joenia falou que tinha chegado a hora das mulheres indígenas mostrarem sua “força que vem da terra”. Considerou que é preciso ouvir as demais mulheres indígenas, aquelas que ficam nos territórios, é preciso do aconselhamento delas. Assim as convidou para se somarem, porque as que estão à frente na política precisam delas. Em sua concepção, o mundo político pressiona a mudar em troca de apoio político, inclusive para apoiar quem só traz retrocessos para a questão indígena. Assim, reiterou que o seu compromisso como parlamentar é contra a mineração, o agronegócio e demais aliados. Uma de suas últimas frases, de grande impacto na plenária, foi: “eu sou só o começo desse protagonismo feminino no Congresso Nacional, eu chamo vocês” (MMI, 2019).

Nas demais edições da Marcha aconteceram recorrentes discursos de incentivo às candidaturas de mulheres indígenas, reforçados pela presença da ex-deputada Joenia Wapichana. É importante destacar que o ano anterior à realização da 1ª Marcha foi marcado pela eleição da primeira deputada indígena no Brasil, Joenia Wapichana, e também pela primeira candidatura de uma mulher indígena à presidência, Sonia Guajajara. Nesse sentido, durante todas as edições da Marcha acompanhadas (2019; 2022 e 2023), ficou mais do que evidente o grande impacto das falas de incentivo a candidaturas femininas, bem como da presença das lideranças que se desafiaram a participar dos pleitos eleitorais.

Durante a 2ª Marcha, em 2021, Joenia também afirmou que o que tem de diferença na luta da mulher indígena é a palavra que elas têm, é a preocupação coletiva, de saber compartilhar e também de se responsabilizar. Na cultura indígena, a palavra da mulher é sagrada e as mulheres têm conhecimento da causa. As colocações de seus discursos demonstram que a presença feminina indígena tem um aspecto de composição a partir da diferença, da valorização do marcador indígena no sujeito político. Os coletivos de mulheres indígenas de Roraima

14 Em uma chapa formada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

puxavam frases de efeito como “força, Joenia, você nos representa”, que eram fortemente endossadas pela coletividade que compunha a Marcha, seguidas de falas que afirmavam que Joenia não representava apenas o estado de Roraima, e sim as mulheres indígenas de todo o Brasil, sendo, portanto, a deputada das mulheres indígenas brasileiras.

Durante o período eleitoral de 2022, Célia Xakriabá mencionou em sua rede social uma conversa, de alguns anos atrás, com um cacique Xakriabá. Relata que, ciente do chamado que a mãe terra faz, o cacique disse que procurava indícios de qual seria o tempo e os passos desse caminhar. Célia considerou que as mulheres indígenas estão certas de que o momento chegou e se referiu à frase de efeito “aldear a política” enquanto ato de que tomar de volta a política é uma forma de os indígenas tomarem de volta as decisões sobre suas próprias vidas e territórios e, conseqüentemente, tomar de volta o cuidado com a própria terra. A partir de sua reflexão, Célia fez então o convite ao apoio das candidaturas de mulheres indígenas como uma forma de se conectar ao chamado da terra, para então fazer da política um lugar de cuidar, de proteção e de voltar a sonhar.

Cabe aqui um parêntese quanto às presenças indígenas em outros espaços, conquistados nos últimos anos, como menciona Célia. Nesse âmbito, Terena (2022: 5) afirma que a chegada dos indígenas no ensino superior envolveu decisões políticas das lideranças dos povos, que decidem por enviar seus jovens para a universidade. Em seu ponto de vista, as lideranças foram visionárias ao estabelecer a “luta com a caneta, não mais apenas com o arco e flecha” (TERENA, 2022: 5). O autor considera que é graças a isso que hoje se conta com a advocacia indígena, que é executada de forma alinhada com as orientações das lideranças indígenas. A atual deputada Célia (MMI, 2021; MMI, 2023) também faz questão de afirmar, durante as edições da Marcha, que, para o movimento indígena, é a luta que configura um “quarto poder” no Brasil.

Os pequenos trechos de discursos supracitados permeiam momentos importantes dos eventos acompanhados e demonstram construções narrativas que ecoam as vozes da diversidade de mulheres indígenas que compõem as grandes marchas, representam pontos de encontro entre diferentes visões de mundo e, com isso, ganham respaldo e apoio das coletividades que compõem a Marcha. Essa é uma característica particularmente importante, pois, como demonstra Ferreira (2017) em relação ao ATL, esses eventos políticos indígenas são marcados por momentos de demonstração de que a força das lideranças vem do reconhecimento e legitimidade conferidos pelas bases durante esses eventos.

A partir disso, vimos que no ano seguinte, em 2020, já houve participação significativa das mulheres nos processos eleitorais municipais, com a eleição de

215 indígenas, entre eles 31 mulheres, das quais se destacam duas vice-prefeitas (ISA, 2020). Na atualidade, lideranças entendem que o espaço da política institucional também pertence aos povos indígenas, pois são diretamente impactados pelas leis e ações aprovadas no Congresso Nacional, além de portarem pautas que são de interesse de todo o país, pois possuem experiência e sabedoria para reverter a destruição das florestas e biomas, no que se refere ao avanço do agronegócio, da mineração, do garimpo ilegal e das mudanças climáticas. Ainda afirmou que a sua candidatura faz parte de um movimento nacional para “aldear” a política e formar uma bancada do cocar. Aqui, cabe recordar que o próprio lema do 18º ATL, edição de 2022, foi “Retomando o Brasil: demarcar territórios e aldear a política”.

O manifesto Chamado Pela Terra foi lançado oficialmente no dia 25 de março de 2022, enquanto campanha de fortalecimento das candidaturas femininas indígenas. Abaixo do título “Chamado Pela Terra”, vimos os subtítulos “Mulheres Indígenas no poder” e “Movimento de Retomada Política”. É interessante pensar nessa retomada política a que se referem a partir de dois sentidos, o primeiro quanto ao seu sentido de participar de pleitos eleitorais e do governo para definir os rumos do país, demarcar as terras indígenas. O segundo, de retomada política das mulheres indígenas, no sentido de participar da política institucional enquanto mais um meio pelo qual elas fortalecem a importância política das mulheres indígenas, demonstrando ao próprio movimento indígena a força das lideranças femininas.

Esse manifesto, lançado no início de 2022, foi veiculado nas redes sociais enquanto um movimento de retomada, com o intuito de fortalecer as candidaturas de mulheres indígenas nas eleições de 2022, com vistas à formação de uma bancada do cocar. Cabe destacar que, nesse momento, o Congresso Nacional contava com a atuação de uma Frente Parlamentar da Agropecuária contrária aos direitos indígenas e em prol do estabelecimento de uma legislação “anti-indígena”. O estabelecimento de uma bancada do cocar é evidentemente uma tentativa de fortalecimento da oposição a essa frente parlamentar e para defesa dos direitos indígenas que ela ameaça.

Cabe aqui trazer alguns dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bastante significativos, relacionados às candidaturas femininas indígenas, que ajudam a compreender o contexto atual de “retomada política” indígena. Em se tratando de candidaturas femininas indígenas, foram registradas pelo TSE em 2022, 27 candidaturas ao cargo de deputada federal e 51 candidaturas ao cargo de deputada estadual. Entre os nomes que disputavam cargos de deputadas federais, temos as que estão diretamente envolvidas com a ANMIGA, como Sonia

Guajajara, Célia Xakriabá, Eunice Kerexu, Telma Taurepang, Maia Kayapó, Vanda Witoto, além de Joenia Wapichana.

Nas eleições de 2022, o site do TSE registrou 100 candidaturas de homens indígenas e 84 candidaturas de mulheres indígenas, totalizando 184 candidaturas de autodeclarados indígenas. Aqui, se torna mais interessante um olhar para a variação percentual entre os anos de 2014, 2018 e 2022. Se compararmos o número de candidaturas femininas indígenas do ano de 2014 (29 candidaturas) com o número de candidaturas femininas indígenas em 2022 (84 candidaturas), temos uma variação percentual de 190%. Nas candidaturas femininas indígenas, somente da última eleição em 2018 (49 candidaturas) para 2022 (84 candidaturas) houve uma variação percentual de 71%. A variação percentual nas candidaturas femininas indígenas no período entre 2014 e 2022, menos de 10 anos, sem dúvidas, é um dado muito expressivo.

Essas informações apontam para uma tendência que reafirma o referido processo de retomada política por parte de mulheres indígenas. Foi divulgado que, nesse total de candidaturas, 30 delas são candidaturas indicadas pelas organizações de base da APIB (Chade, 2022). Em levantamento que fiz, dessas 30 candidaturas, mais da metade (17) são de mulheres. Interessa também notar que, em 2022, as lideranças se articularam para chegar a candidaturas de consenso, pois, diferente de anos anteriores, o foco do momento não é a quantidade de candidaturas e sim candidaturas consensuais para o movimento indígena (APIB, 2022).

Importante relembrar que, já em 2017, o movimento indígena lançou uma carta afirmando a necessidade de um parlamento mais indígena, visto as contínuas ofensivas dos parlamentares anti-indígenas e, ao que tudo indica, as mulheres indígenas têm tomado a frente, ao incentivar e lançar inúmeras candidaturas. Em consonância com o incentivo já na 1ª Marcha – para ter candidaturas femininas em todos os estados brasileiros – as informações do TSE confirmam candidaturas em 25 estados e no Distrito Federal em 2022. A região Norte é a que mais teve candidatas (32). E em três estados brasileiros (Santa Catarina, Alagoas, Espírito Santo) e no Distrito Federal, houve somente candidaturas de mulheres entre indígenas.

Em 2024, novamente se observou um crescimento no número de candidaturas indígenas nas eleições municipais, além de um aumento no número de indígenas eleitos. Os dados do TSE demonstram um total de 256 candidaturas indígenas eleitas em todas as regiões do país e em prefeituras de 9 cidades, com 36 vereadoras, 1 prefeita e 4 vice-prefeitas indígenas (APIB, 2024). Nesse cenário de avanços, destacam-se falas como a da atual Deputada Federal Célia

Xakriabá (2024), que recentemente mencionou em suas redes sociais que dentro do Congresso Nacional sempre faz questão de iniciar suas falas com um canto indígena, não porque pretende romantizar a presença indígena na política, mas porque quer que os demais saibam que quando ela ocupa esse espaço, ela não o ocupa sozinha.

Após a vitória eleitoral de Lula em 2022, presenciamos nuances desse processo em curso, como a histórica subida de rampa do presidente junto a representantes do povo brasileiro, a eleição de Célia Xakriabá como deputada federal, a nomeação de Joenia Wapichana para presidir a FUNAI, bem como a posse de Sonia Guajajara como Ministra do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas. Junto delas, muitos outros indígenas passaram a compor esses espaços do governo. Nesse sentido, elas retomam a política, como dizem, de maneira a demonstrar que estar na estrutura do Estado se apresentou como uma necessidade atual ao movimento indígena, para que dispute com os setores ruralistas o poder de influenciar os rumos de decisões que impactam a vida dos povos indígenas, poder este que faz parte do sistema centralizador hierárquico estatal. Portanto, no Congresso Nacional se faz enfrentamento à bancada ruralista, na expectativa de assinar direitos e evitar um “genocídio legislado”, mas também sabendo que são decisões que impactam toda a sociedade.

Por outro lado, também vivenciam o fato de que compor o Estado, mesmo que por meio de uma posição prestigiada como a de deputada, não é garantia alguma de estar ilesa às violências históricas e atuais de uma “política de morte” que enxerga corpos indígenas como obstáculos ao desenvolvimento e como um perigo, corpos a serem contidos em nome de uma segurança ao Estado, como pudemos presenciar durante marcha do 21º Acampamento Terra Livre (ATL, 2025), em que a deputada Célia Xakriabá foi agredida pelas forças de segurança da Polícia do Congresso e da Polícia Militar do Distrito Federal. Após o acontecido, foi divulgada em redes sociais a gravação de uma fala de um membro das forças de segurança do Distrito Federal durante reunião da Secretaria de Segurança Pública do DF, o qual incitava a violência para com os indígenas que estavam no 21º ATL.

De todo modo, as mobilizações indígenas após as eleições de 2022 conseguiram consagrar uma afirmação utilizada pelas lideranças indígenas: “nunca mais um Brasil sem nós!”. Assim, ao “aldear” a política, buscam incidir sobre decisões políticas que impactam territórios indígenas e que também definem os rumos do país. Isso também reafirma o fato de que estamos diante de um movimento e de um modo de ação complexos, que se constroem com base na possibilidade de se transitar entre composição e oposição com o Estado, de maneira

circunstancial, bem como entre diferentes sistemas políticos que variam em termos de (des)centralização do poder, como por meio de uma rede difusa e, ao mesmo tempo, com candidaturas políticas, delineando que se tratam de respostas criativas desses sujeitos diante das situações históricas que vivem.

Considerações finais

A articulação feminina indígena em nível nacional passou por diferentes momentos ao longo das últimas décadas, até chegar ao momento atual em que o protagonismo feminino indígena se destaca e extrapola o movimento indígena. Nele, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) configura uma rede de mulheres indígenas que permite a organização do movimento indígena de mulheres em caráter nacional.

Assim, a ANMIGA ocasiona uma espécie de centralização organizacional do movimento de mulheres indígenas, mas sem a centralização do poder, dado o seu caráter difuso e complexo, envolvendo a articulação em diferentes níveis (local, regional, nacional e internacional) e por diferentes meios, como reuniões abertas, relação com organizações femininas regionais e com lideranças femininas de organizações regionais de base da APIB, além de realização bianual da Marcha enquanto evento deliberativo máximo.

A mobilização feminina indígena em nível nacional, nesse formato de rede, segue uma tendência muito próxima do movimento indígena em geral, o qual passou por diferentes momentos na mobilização que desencadearam a construção do Acampamento Terra Livre-ATL, no ano de 2004, como evento deliberativo máximo, e na sequente criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a qual passa a coordenar ações nacionais do movimento indígena.

Do mesmo modo, foi a partir da realização da 1ª Marcha, em 2019, que as mulheres conseguiram consolidar a articulação em nível nacional, com a posterior criação da ANMIGA. Dentro da configuração que se visualiza, é importante compreender que a rede criada por essas mulheres não pode ser lida simplesmente pela ótica de um movimento social (em seu sentido de rede de organizações de representação e ação política), uma vez que se trata de uma criação própria dessas mulheres, circunstancial, que não segue um modelo político de centralização organizacional com conseqüente centralização do poder.

Esse momento mais atual da mobilização feminina indígena, marcada pela consolidação da Marcha e da ANMIGA, converge com um momento de ampla ofensiva ruralista para com os direitos dos povos indígenas e, sobretudo,

contrário à demarcação de suas terras. Com diferentes estratégias, a ofensiva ruralista tem feito uso de violência contra retomadas indígenas, como costumeiramente é retratado em relação ao contexto Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, mas também tem se utilizado do aparato do Estado, por meio da construção de narrativas e propostas de lei anti-indígenas.

Esse cenário de ofensivas faz com que a articulação feminina aproveite as circunstâncias favoráveis, de grande efervescência e destaque da mobilização das mulheres, para investidas de maior composição com o Estado e suas instâncias, se alicerçando na legitimidade conferida pelas suas bases durante os eventos das Marchas, dado o reconhecimento às narrativas em favor da participação feminina nos pleitos eleitorais recentes. Isso tem gerado resultados significativos à luta indígena, com muitas candidaturas e a eleição de figuras centrais do movimento feminino indígena.

E, como afirma a deputada Célia Xakriabá em diversos momentos, o movimento indígena passa então a ocupar esse espaço para fazer enfrentamentos, como à bancada ruralista, para assinar direitos e tentar evitar que assassinem direitos por meio de um “genocídio legislado”. A ideia de “mulheres indígenas no poder” para uma “retomada política”, engendrada pela rede ANMIGA, demonstra que disputar esse espaço é parte de uma estratégia política maior, que visa a retomada do poder de influenciar os rumos das decisões políticas que impactam a vida dos povos indígenas, sobretudo, depois da experiência difícil de ter tido um governo de extrema-direita abertamente anti-indígena, que se configurou como mais um vetor da “política de morte” que afeta os povos indígenas há mais de 500 anos.

Referências

- ALBERT, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, Carlos Alberto. (Org.). Povos indígenas no Brasil 1996-2000. São Paulo, *Instituto Socioambiental (ISA)*, 2000, pp. 197-207.
- APIB. Campanha Indígena: número de candidaturas registra aumento de 115% desde 2014. 2022. *Site APIB*, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/08/16/campanha-indigena-numero-de-candidaturas-registra-aumento-de-37-nas-eleicoes-de-2022/> . Acesso em: 13 nov. 2024.
- APIB. Campanha Indígena 2024: aumenta o número de indígenas eleitos em todo o Brasil. *Site APIB*, 10 out. 2024. Disponível em: <https://apiboficial.org/2024/10/10/campanha-indigena-2024-aumenta-o-numero-de-indigenas-eleitos-em-todo-brasil> . Acesso em: 20 jan. 2025.

- BETTO, Janaina. Presença, Chamado, Reflorestar: criações políticas da marcha das mulheres indígenas. Tese de doutorado, Extensão Rural, UFSM, 2022.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- CHADE, Jamil. Pela primeira vez eleição terá campanha para formar bancada indígena. *UOL Notícias*, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/29/pela-1-vez-eleicao-tera-campanha-para-formar-bancada-indigena.htm>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- CONAMI. *Natyseño*: trajetória, luta e conquista das mulheres indígenas. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2006.
- FERREIRA, Andrey. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 42, n. 1, 2007, pp. 195-226.
- GOLDMAN, Marcio. Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. *Mana*, v. 7, n. 2, 2001, pp. 57-93.
- GIBRAM, Paola Andrade. Cantos sem fim: formas políticas kaingang e seus movimentos. Tese de doutorado, Antropologia, USP, 2021.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Urnas demarcadas: Brasil elege maior número de candidatas indígenas na história da democracia. *Site Instituto Socioambiental*, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/urnas-demarcadas-brasil-elege-maior-numero-de-candidatos-indigenas-na-historia-da-democracia>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Movimento das mulheres indígenas é diverso e cresce a cada dia. *Site Instituto Socioambiental*, 29 nov. 2024. Disponível em: www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/movimento-das-mulheres-indigenas-e-diverso-e-cresce-cada-dia-mostra. Acesso em: 22 dez. 2024.
- MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. *Documento final*. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- ONU MULHERES. *Pauta Nacional das Mulheres Indígenas*. 2018. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/PAUTA-Mulheres-indigenas.pdf>.
- RAUBER, Marcelo Artur. Prato principal: terras indígenas – O início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014). Tese de doutorado, Ciências Sociais e Desenvolvimento, UFRRJ, 2021.
- SACCHI, Angela. Mulheres indígenas e participação política: A discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológicas*, v.14, n.1-2, 2003, pp. 95-110.

- SACCHI, Angela. GRAMKOW, Marcia Maria. Introdução. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). *Gênero e povos indígenas. Rio de Janeiro/ Brasília, Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012, pp. 15-27.*
- TERENA, Luiz Eloy. Movimento e resistência indígena no contexto pandêmico brasileiro. *Trabalho necessário*, v. 20, n. 41, 2022, pp. 1-25.
- VERDUM, Ricardo. Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. In: VERDUM, Ricardo (Org.). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. Brasília, Inesc, 2008, pp. 7-20.*
- XAKRIABÁ, Célia [@celia.xakriaba]. *Posts*. Instagram, 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DCZuNwLPi_9/?igsh=MWozZms3Y3p5azMzeQ==. Acesso em: 15 nov. 2024.

Data de recebimento: 22 de maio de 2025

Data de aceite: 17 de dezembro de 2025

Como citar este artigo:

- BETTO, Janaina; PICCIN, Marcos Botton. Articulação feminina indígena nacional e a composição com o estado. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.16, pp. 1-23, e161432, 2026, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v16.1432>